



## USP ESALQ – DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO

Veículo: JP

Data: 16/03/2018

Caderno/Link: Pág. A3

Assunto: Grupo buscará recursos para recuperar nascentes

# Grupo buscará recursos para recuperar nascentes

Projeto executivo finalizado esta semana será a base para a captação de recurso para recuperar nascentes do Córrego do Ceveiro



União dos agricultores permite avanço das ações

Felipe Poleti  
felipepoleti@pjournal.com.br

Com a intenção de recuperar as nascentes da microbacia do Córrego do Ceveiro, representantes da sociedade civil, prefeitura, Câmara e empresas se encontraram para finalizar o projeto executivo que será base para a captação de recursos a serem investidos da recuperação da microbacia, bem como na revitalização da represa Lago Azul, na região de Santa Olímpia.

Feita anteontem, esta foi a quarta reunião do grupo após o mapeamento das nascentes e, conforme lembrou Márcio José Pereira, presidente do Comseg (Conselho Municipal de Segurança), a união dos agri-

cultores tem sido o principal motivo do avanço do trabalho. “Começou pequeno, com algumas pessoas de Santa Olímpia, agora já está com pessoas importantes envolvidas, o que dá força ao projeto. Finalizamos um pré-projeto. Agora, aguardamos a formalização das áreas interessadas para finalizá-lo e partir para a captação de recursos”, disse.

Além dos moradores e agricultores da região de Santa Olímpia e Santana, Comseg e Defesa Civil, participaram do encon-

tro representantes da Sedema (Secretaria do Meio Ambiente), da vereadora Nancy Thame (PSDB), Raízen, Oscep Iniciativa Verde e Departamento de Ciência do Solo da Esalq/USP (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz). “Acredito que o desafio maior será reunir

todas as partes interessadas a fazer parte do projeto de captação de recursos”, afirmou Nancy.

Na oportunidade, a vereadora destacou que existem, pelo menos, quatro formas de captar recursos para este trabalho. “Tudo vai depender da conclusão

do projeto. Com ele pronto, poderemos solicitar à Justiça a utilização dos recursos oriundos de multas ambientais aplicadas a empresas, por emenda parlamentar, via Secretaria Estadual do Meio Ambiente e também por meio da cobrança federal PCJ”, lembrou.

